

ASSOCIAÇÃO MUSEU AFRO BRASIL

Relatórios do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

ASSOCIAÇÃO MUSEU AFRO BRASIL

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Conselheiros do
Associação Museu Afro Brasil
São Paulo - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Museu Afro Brasil**, (“**Associação**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Museu Afro Brasil** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7 às demonstrações contábeis, a Associação Museu Afro Brasil, identificou e registrou no exercício findo de 2016, diversas obras de arte integrantes do seu acervo, as quais foram recebidas a título de doação. Observamos que os valores estimados das obras de arte registrados no balanço, foram precificados por meio de laudo de avaliação de especialistas externos ou mediante a avaliação de profissionais internos especializados, nos quais não contemplavam as descrições das metodologias utilizadas, para estimarem o valor de mercado dessas obras. Desta forma, precisamos que as informações dos referidos laudos sejam complementadas com a descrição das metodologias de avaliação. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, concluirmos sobre a adequação do montante de R\$ 1.950 mil, registrado como acervo de obras doadas, na rubrica “Imobilizado”, no ativo não circulante em contrapartida da rubrica de “receitas operacionais sem restrição”, registrada no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Além do assunto descrito acima, verificamos que a Associação Museu Afro Brasil, não registrou as obras de arte do acervo que foram recebidas por meio do Contrato de Gestão. Essas obras de arte pertencem ao Governo do Estado de São Paulo e devem ser devolvidas, caso haja o encerramento do Contrato de Gestão. O documento relacionado as obras de arte, entregue pelo Governo do Estado de São Paulo para a Associação - Anexo IV do Contrato de Gestão, tem apenas a descrição técnica do acervo, sem ter qualquer informação a respeito do valor de mercado das mesmas. Desta forma, apesar de não ter havido a transferência de titularidade, entendemos que houve a transferência dos riscos e benefícios das obras de arte para Associação e, por isto, estas deveriam estar registradas a valor de mercado nas rubricas do “ativo imobilizado” no ativo não circulante e em “obrigações com o Estado” no passivo não circulante. Consequentemente, considerando que o Contrato de Gestão, não indica o valor de mercado das obras, não nos foi possível, nas circunstâncias, determinar quais os valores corretos que deveriam ser registrados no balanço patrimonial da Associação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incertezas relevantes relacionadas a continuidade operacional

Contrato de Gestão

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, a principal fonte de receita da Associação é provida pelo Governo do Estado de São Paulo, firmado por meio de um Contrato de Gestão, que custeia as principais atividades desenvolvidas pela Associação. O referido Contrato de Gestão, também tem metas e indicadores de desempenho que devem ser performados.

Atualmente o Contrato de Gestão “nº 04/2013 - 7º Termo de Aditamento”, tem o prazo de vigência até 31 de dezembro de 2017. A Associação pode ser contratada novamente, se for atestado o bom desempenho na execução do contrato atual e desde que a proposta da Associação, seja selecionada na convocação pública, conforme legislação vigente. Chamamos a atenção, para os riscos relacionados a continuidade operacional da Associação, caso a mesma não seja selecionada na convocação pública, para administrar o novo Contrato de Gestão, pois atualmente existe uma dependência regular do recebimento dos recursos deste contrato para a manutenção das atividades operacionais da Associação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Prestação de contas sobre o Contrato de Gestão

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9.c às demonstrações contábeis, existem processos administrativos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referente aos contratos de gestões nº 37/2009 e nº 04/2013 que ainda não foram aprovados. A Associação responde à questionamentos de determinadas prestações de contas e também aguarda a conclusão do Tribunal de Contas para outras prestações de contas anuais. Nesse sentido na pior das hipóteses, caso não seja aprovado a prestação de contas, há riscos de cancelamento ou de não renovação do Contrato de Gestão. Nossa opinião não está ressalvada com esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo de 31 de dezembro de 2015, auditadas para fins de comparativos, foram auditadas por nós, onde emitimos opinião sem modificação, na data de 03 de fevereiro de 2016.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades sem finalidades de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de janeiro de 2017



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1



Mauro de Almeida Ambrósio
Contador CRC 1 SP 199692/O-5

ASSOCIAÇÃO MUSEU AFRO BRASIL

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2016	2015		Notas	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.952	1.336	Fornecedores e outras contas a pagar		87	162
Contas a receber	10	-	2	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	8	754	708
Adiantamentos		35	24	Obrigações tributárias		102	76
Estoques	6	134	279	Projetos a executar	10	833	606
Despesas antecipadas		33	13	Consignação a pagar		120	130
		2.154	1.654	Adiantamento de patrocinadores		54	-
						1.950	1.682
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		23	14	Obrigações com o Estado - imobilizado	7	902	831
Imobilizado	7	3.337	1.358	Provisão para contingências	9	363	423
Intagível		5	-			1.265	1.254
		3.365	1.372				
				Patrimônio líquido	11		
				Patrimônio social		90	629
				Superávit/(déficit) do exercício		2.214	(539)
						2.304	90
Total do ativo		5.519	3.026	Total do passivo e do patrimônio líquido		5.519	3.026

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO MUSEU AFRO BRASIL

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2016	2015
Atividades culturais			
Receitas com restrições			
Recursos governamentais - contrato de gestão		9.056	9.827
Captação - doações diversas		159	-
Patrocínio, leis de incentivos convênios e termos		1.056	924
Outros créditos		8	2
Financeira com contrato de gestão		182	149
Total das receitas com restrições	10	10.461	10.902
Despesas com restrições			
Salários, encargos e benefícios	12	(6.229)	(7.036)
Serviços prestados por terceiros	13	(1.840)	(1.536)
Despesas gerais	14	(620)	(487)
Programa de edificação, conservação, manutenção e segurança	15	(149)	(96)
Programa de acervo, conservação documentação e pesquisa	16	(161)	(63)
Programa de exposições e programações culturais	17	(1.066)	(1.357)
Programa de serviços educativos e projetos especiais	18	(48)	(27)
Programa de ações de apoio SISEM		(1)	(29)
Programas de comunicação	19	(95)	(121)
Materiais editoriais		(134)	(13)
Depreciação e amortização		(35)	(83)
Despesas bancárias e financeiras		(83)	(24)
Contingências trabalhistas		-	(30)
		(10.461)	(10.902)
Resultado das atividades culturais		-	-
Receitas operacionais não vinculadas			
Vendas de mercadorias		204	197
Doações		1.967	396
Cessão onerosa		9	61
Prestação de serviço		180	52
Bilheteria		221	155
Patrocínios		45	23
Financeiras		37	30
Gratuidade - Serviços Voluntários	4.k	16	12
Diversas		70	9
Total das receitas sem restrições		2.749	935
Despesas operacionais não vinculadas			
Salários e encargos		(20)	(26)
Prestação de serviços		(38)	(25)
Gerais		(136)	(670)
Viagens		-	(3)
Impostos e taxas		(64)	(35)
Financeiras		(19)	(6)
Serviços Voluntários	4.k	(16)	(12)
Contingências cíveis	9	-	(363)
Outras despesas		(205)	(296)
Depreciação e amortização		(37)	(38)
Total das despesas sem restrições		(535)	(1.474)
Resultado operacional		2.214	(539)
Superávit/(déficit) do exercício		2.214	(539)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO MUSEU AFRO BRASIL

Demonstrações do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Superávit/(déficit) do exercício	2.214	(539)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>2.214</u>	<u>(539)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO MUSEU AFRO BRASIL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávit/(déficit) do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	590	39	629
Incorporação do superávit do exercício anterior	39	(39)	-
Déficit do exercício	-	(539)	(539)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	629	(539)	90
Incorporação do déficit do exercício anterior	(539)	539	-
Superávit do exercício	-	2.214	2.214
Saldo em 31 de dezembro de 2016	90	2.214	2.304

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO MUSEU AFRO BRASIL

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/déficit do exercício	2.214	(539)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	72	119
Doações de obras de arte	(1.950)	-
Provisão para contingência	(60)	393
Provisão para obsolescência do estoque	126	457
	402	430
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Contas a receber	2	(2)
Adiantamentos	(11)	(351)
Despesas antecipadas	(20)	-
Estoques	19	-
Demais ativos	(9)	39
Aumento/(redução) nos passivos em		
Fornecedores e outras contas a pagar	(75)	(3)
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	46	(124)
Obrigações tributárias	26	13
Projetos a executar	298	(266)
Outras obrigações	41	20
	317	(674)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	719	(244)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(98)	(85)
Aquisição do intangível	(5)	-
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	(103)	(85)
Acréscimo/(decréscimo) líquido nas disponibilidades e valores equivalentes	616	(329)
No início do exercício	1.336	1.665
No final do exercício	1.952	1.336
	616	(329)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO MUSEU AFRO BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

Constituída em 07 de dezembro de 2004, a Associação Museu Afro Brasil ou (“Associação”), é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivos a promoção da cultura e da educação, a defesa e conservação do patrimônio histórico, cultural e artístico, por meio da colaboração técnica, material e financeira visando a preservação e conservação do acervo artístico e a divulgação do Museu Afro-Brasil. Em 08 de abril de 2009 a entidade foi qualificada como Organização Social de Cultura, nos termos da Lei Complementar do Estado de São Paulo nº 846/98.

Localizado no Parque Ibirapuera, em São Paulo e inaugurado no ano de 2004, o Museu Afro Brasil é uma instituição subordinada à Secretaria de Estado da Cultura e é gerida pela citada Organização Social.

2. Contrato de gestão

a. Contrato de gestão nºs 04/2013

A Entidade (contratada) firmou com o Governo do Estado de São Paulo (contratante), por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, o contrato de gestão nº 04/2013, firmando em 21 de junho de 2013, com valor global de repasses estimado em R\$ 48.589,000 (quarenta e oito milhões, quinhentos e oitenta e novo mil reais) à época. O valor global do contrato de gestão, após o 7º aditamento, perfaz o montante de R\$ 43.057.314,24 (quarenta e três milhões cinquenta e sete mil, trezentos e quatorze reais e vinte e quatro centavos). Abaixo são demonstradas as datas das alterações contratuais, efetuadas por meio aditivos:

- 1º termo de aditivo datado em 27 de dezembro de 2013;
- 2º termo aditivo datado em 26 de setembro de 2014;
- 3º termo aditivo em 06 de novembro de 2014;
- 4º termo aditivo em 15 de dezembro de 2014;
- 5º termo aditivo em 21 de maio de 2015;
- 6º termo aditivo em 28 de dezembro de 2015;
- 7º termo aditivo em 28 de dezembro de 2016, sendo este o vigente atualmente.

Durante o período do contrato, a Associação recebe recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços na Área Cultural a serem desenvolvidos no Museu Afro Brasil.

ASSOCIAÇÃO MUSEU AFRO BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

Pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, a Associação receberá do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 43.057 mil, como segue:

<u>Exercícios</u>	<u>Valor do repasse</u>
2013	4.500
2014	10.174
2015	9.461
2016	9.461
2017	9.461
	<u>43.057</u>

Os valores recebidos até a data da aprovação das demonstrações contábeis estão apresentados a seguir:

<u>Exercícios</u>	<u>Valor do repasse</u>
2015	9.461
	<u>9.461</u>
2016	9.461
	<u>9.461</u>

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Associação também tem outras fontes de recursos, destacamos as principais:

- i. Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como venda de mercadorias;
- ii. Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos;
- iii. Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras;
- iv. Rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Por força do Contrato de Gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação pode sofrer penalidades que resultem em redução dos repasses previstos.

Os relatórios trimestrais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram preparados e encaminhados para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Estado da Cultura, aguardando a formalização conclusiva da sua análise, será enviado no mês de fevereiro de 2017 o relatório das atividades anuais.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG “2002R1 - Entidades sem finalidades de lucros”, também pela da NBC TG “1000 - Contabilidade para pequenas e médias empresas” para os aspectos não abordados pela ITG “2002R1 - Entidade sem finalidade lucros”.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Associação em 26 de janeiro de 2017.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Conforme definição do CPC 02, estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Gerência da Associação o uso de estimativas e pressuposições para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados efetivos dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível, recuperação nas operações de ativo, valor do acervo de obras de artes doadas, provisão para perda com estoque obsoleto ou de giro lento, análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos trabalhistas e demais ativos e passivos nas datas dos balanços.

4. Resumo das principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras.

b. Estoque

O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Exceto o acervo de obras de arte, todos os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

O acervo de obras de arte (“doados”) para a Associação, são registrados com base na estimativa de especialistas internos ou com base em laudos de peritos externos (“leiloeiros), para que estas reflitam o valor de mercado ou valor justo, no balanço patrimonial e demonstração do resultado da Associação.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Software	Cinco anos
Equipamentos de informática	Cinco anos

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Avaliação ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração da Associação revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para “redução ao valor recuperável”, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

d. Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal das operações da Associação. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os fornecedores são classificadas no passivo circulante.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

f. **Subvenção a realizar**

A Associação registra em subvenção a realizar os recursos recebidos do Governo do Estado de São Paulo até que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção sejam atendidas.

Os recursos provenientes do contrato de gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

g. **Apuração do superávit/déficit e reconhecimento das receitas e despesas de recursos vinculados**

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Recursos vinculados compreendem aos valores recebidos pela Associação e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em seus respectivos contratos. Tais recursos possuem como contrapartida a conta de projetos a executar. Os valores recebidos e empregados do contrato de gestão e projetos especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura e Lei Rouanet, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de projetos a executar no passivo circulante, conforme observado na NBC TG 07;
- **Consumo como despesa:** quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida no passivo circulante, e o reconhecimento da receita é registrado à débito do passivo de projetos a executar e contrapartida no resultado do exercício em receita de contrato de gestão e receita incentivada, simultaneamente e pelo mesmo valor;
- **Rendimento de aplicações financeiras:** quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos incentivados são reconhecidos a débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de projetos a executar no passivo circulante.

h. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i. Tributos

Por ser uma Associação sem fins lucrativos, o Museu Afro Brasil não está sujeito à incidência do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, apurado em cada exercício. Todavia, contribui com o imposto de renda incidente sobre os ganhos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável, mediante retenção por parte das instituições financeiras, nas quais as aplicações financeiras são realizadas.

j. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas. A Associação classifica os ativos e passivos financeiros, sob as seguintes categorias:

(i) Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado ao valor justo pelo resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal no reconhecimento inicial. São assim definidos se a Associação gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

(ii) Empréstimos e recebíveis

São instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis, que não estão cotados em mercado ativo.

k. Trabalhos voluntários

Em atendimento ao item 19 da ITG 2002 (R1), a Associação reconhece pelo valor justo da prestação do serviço “voluntário” como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de Receitas Não Vinculadas em contrapartida nas Despesas Não Vinculadas.

l. Demonstração dos fluxos de caixa

Foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o CPC 3 (R1) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes:

- **Atividades operacionais:** são as principais atividades geradoras de ingressos e receitas da Associação e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento;
- **Atividades de investimentos:** são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos em atividades operacionais ou de financiamento;
- **Atividades de financiamento:** são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela Associação.

ASSOCIAÇÃO MUSEU AFRO BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Recursos Livres		
Caixa	23	24
Banco Safra - c/c	4	18
Banco Santander - c/c	69	17
Banco Brasil - provisão	193	-
Banco Safra - poupança	224	-
Banco Santander - aplicação	20	-
	<u>533</u>	<u>59</u>
Recurso com restrição - contrato de gestão		
Caixa	2	1
Banco do Brasil - c/c	1	1
Banco do Brasil - aplicação	946	667
	<u>949</u>	<u>669</u>
Recurso com restrição - lei de incentivos fiscais		
Banco do Brasil - c/c	4	581
Banco do Brasil - aplicação	466	27
	<u>470</u>	<u>608</u>
	<u>1.952</u>	<u>1.336</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 92% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário.

Os recursos vinculados a projetos de Contrato de Gestão e leis de incentivo referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Administração da Associação que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados e passivos com pessoal, conforme mencionados nas notas explicativas nº 10.

Do total dos recursos repassados no primeiro ano de vigência do presente contrato, 6% (seis por cento) deverá ser depositado pela Organização em conta corrente específica de sua titularidade, a fim de constituir um fundo de reserva sob a tutela do Conselho de Administração da Associação, que somente poderá ser utilizado na hipótese de atraso, por parte da Contratante, no repasse de recursos. A liberação desses recursos ficará condicionada a apresentação pela Contratada do plano de restituição dos respectivos valores ao fundo de reserva, bem como a aprovação do Conselho de Administração da contratada.

ASSOCIAÇÃO MUSEU AFRO BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

6. Estoque

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Consignações	120	131
Editorial C.G.	140	148
Provisão de perdas	(126)	-
	<u>134</u>	<u>279</u>

7. Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Associação estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Resumo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bens adquiridos com verba própria - MAB	2.440	527
Bens do contrato de gestão	887	831
Bens vinculados a outros projetos	10	-
	<u>3.337</u>	<u>1.358</u>

Movimentação:

Saldo inicial dezembro de 2015		1.358
(+) Adições		2.051
(-) Baixa		-
(-) Depreciação		(72)
Saldo final dezembro de 2016		<u>3.337</u>

Bens adquiridos pelo contrato de gestão

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Equipamentos de processamento de dados	269	266
Equipamento de telec.	18	18
Ferramentas	15	11
Instalações	34	6
Móveis e utensílios	145	143
Máquinas e equipamentos	125	122
Biblioteca	23	13
Obras de arte	418	397
Esculturas	327	307
	<u>1.374</u>	<u>1.283</u>
Depreciação acumulada	(487)	(452)
	<u>887</u>	<u>831</u>

ASSOCIAÇÃO MUSEU AFRO BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Bens adquiridos pela Associação	
	2016	2015
Custo		
Equipamento de processamento de dados	98	98
Equipamento de telec.	17	17
Ferramentas	34	34
Instalações	68	68
Móveis e utensílios	163	161
Máquinas e equipamentos	153	153
Biblioteca	9	9
Obras de arte	2.081	130
Esculturas	359	359
Outras imobilizações	-	300
	2.982	1.032
Depreciação acumulada	(542)	(505)
	2.440	527

O ativo imobilizado da Associação está integralmente localizado no Brasil e é empregado, exclusivamente, em suas atividades:

- **Imobilizado - Associação:** corresponde aos bens patrimoniais de propriedade Associação;
- **Imobilizado - contrato de gestão:** as adições ocorridas durante o exercício de 2016 foram necessárias para a continuidade das atividades de operacionalização e para atendimento ao Contrato de Gestão. A Administração da Associação deve comunicar à unidade gestora todas as aquisições de bens móveis e imóveis que forem realizadas, bem como o acervo adquirido ou doado para ser chapeado pela Secretaria de Estado da Cultura no prazo de 30 dias após sua ocorrência.

A Administração da Associação adota como critério para reconhecimento de obrigação de longo prazo para com o Estado, o registro de valor equivalente ao montante líquido de seu ativo imobilizado vinculado ao Contrato de Gestão. O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de projetos a executar, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida da rubrica de despesa de depreciação.

O acervo de obras de arte (“doados”) para a Associação, são registrados com base na estimativa de especialistas internos ou com base em laudos de peritos externos (“leiloeiros), para que estas reflitam o valor de mercado ou valor justo, no balanço patrimonial e demonstração do resultado da Associação.

No exercício findo de 2016 a Associação registrou o montante de R\$ 1.950 mil, em obras de artes que foram doadas no próprio exercício de 2016 e também em períodos anteriores. Essas obras de artes não estavam oportunamente, registradas no balanço, devido à ausência de informações consubstanciadas para estimar os valores de mercado dessas obras à época.

ASSOCIAÇÃO MUSEU AFRO BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

8. Obrigações trabalhistas

	2016	2015
Provisão de férias	535	543
INSS a recolher	113	103
FGTS a recolher	38	34
PIS a recolher	6	6
Outros	62	22
	754	708

9. Provisão para contingências

a. Composição

A Associação é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cível e em processos administrativos, em sua maioria de natureza cível. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que a provisão para contingências é suficiente para cobrir as perdas prováveis. Os saldos das provisões para contingências são os seguintes:

	2016	2015
Trabalhistas	60	60
Cíveis	303	363
	363	423

b. Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2016, a Associação é parte em processos que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, de naturezas trabalhistas e cíveis, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 40 mil, para os quais a administração da Associação, suportada pela opinião de seus assessores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

c. Processos administrativos

A Associação responde a processos administrativos instaurados perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo relacionados à validade legal dos Contratos de Gestões n°37/2009 e n°04/2013, bem como esclarecimentos quanto às prestações de contas relativas ao período de 2009 a 2014. De acordo com os consultores jurídicos da Entidade, estas demandas não envolvem valor econômico. No que se refere ao Contrato de Gestão vigente, a discussão envolve a legitimidade da contratação da Entidade pelo Governo do Estado de São Paulo sem a utilização de licitação pública e pode acarretar, na pior das hipóteses, no cancelamento do referido Contrato.

ASSOCIAÇÃO MUSEU AFRO BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

10. Projetos a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo):

Movimentação de projetos a executar

	Saldos em 31/12/2015	Valores recebidos repasses (ii)	Captação de recursos (ii)	Rend. financ. (i)	Consumo (iii)	Ativo imobilizado	Outros	Saldos em 31/12/2016
Contrato de Gestão nº 004 /2013	-	9.461	8	150	(9.215)	(61)	-	343
	-	9.461	8	150	(9.215)	(61)	-	343
Projeto África	81	-	-	-	(81)	-	-	-
Projeto Akpalo	24	-	-	-	(29)	-	5	-
Projeto Portugal	501	200	-	13	(282)	-	-	432
Projeto Portugal - Proac	-	441	-	7	(414)	-	-	34
Projeto Rainer Hartmut	-	302	159	12	(440)	(10)	1	24
Sub Total	606	943	159	32	(1.246)	(10)	6	490
Total de Projetos	606	10.404	167	182	(10.461)	(71)	6	833

- (i) Referem-se ao rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados ao Contrato de Gestão que são reconhecidos no ativo em contrapartida aos projetos a executar. Os rendimentos auferidos ao longo do exercício são reconhecidos no resultado para compor o reconhecimento de receita do Contrato de Gestão;
- (ii) Referem-se aos montantes captados como contrapartida do Contrato de Gestão para a realização dos eventos ao longo do exercício;
- (iii) Gastos realizados - consumo: referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.

O saldo do Contrato de Gestão 004/2013 de R\$ 343, adicionado com o valor de R\$ 462 de captações próprias, transferida para conta do CG em fevereiro de 2017, descomprometerá os fundos de reserva e contingência no total de R\$ 805.

11. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social, qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida em Assembleia Geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por estes alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98.

ASSOCIAÇÃO MUSEU AFRO BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

12. Despesas com pessoal - vinculadas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contrato de Gestão		
Salários	(3.295)	(3.568)
Férias	(422)	(401)
13º Salário	(316)	(347)
Rescisões	(34)	(177)
Autônomos	(25)	(5)
Outras despesas com pessoal	(33)	(125)
Assistência médica	(251)	(183)
Vale-transporte	(36)	(37)
Vale-refeição	(318)	(358)
Outros benefícios	(45)	(7)
INSS	(1.092)	(1.234)
FGTS	(342)	(551)
PIS - folha	(40)	(43)
	<u>(6.249)</u>	<u>(7.036)</u>

13. Prestados por terceiros

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contrato de gestão		
Serviços prestados por pessoa jurídica	(202)	(96)
Serviços de gráficos	-	(18)
Serviços de informática	(166)	(140)
Serviços contábeis	(86)	(78)
Serviços de segurança	(1.169)	(1.008)
Serviços de limpeza	(184)	(173)
Assessoria jurídica	(33)	(23)
	<u>(1.840)</u>	<u>(1.536)</u>

14. Despesas gerais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Utilidades públicas	(300)	(318)
Uniformes e EPIs	(4)	(4)
Viagens e estadias	(81)	(6)
Material de consumo, escritório e limpeza	(53)	(50)
Despesas diversas	(182)	(109)
	<u>(620)</u>	<u>(487)</u>

ASSOCIAÇÃO MUSEU AFRO BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

15. Programa de edificação, conservação, manutenção e segurança

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Material elétrico	(34)	(30)
Manutenção e reparos prediais	(54)	(4)
Serviços de dedetização e descupinização	(10)	(7)
Manutenção de equipamentos	(10)	(11)
Material de pintura e marcenaria	(14)	(9)
Projetos de arquitetura e engenharia	-	(10)
Sistema de monitoramento	(5)	(3)
Seguros	(13)	(10)
Outras	(9)	(12)
	<u>(149)</u>	<u>(96)</u>

16. Programa de acervo, conservação documentação e pesquisa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Transporte de acervo	(113)	(2)
Conservação e restauração de obras	(19)	(42)
Higienização de obras	(10)	-
Materiais para salvaguarda	(7)	(10)
Materiais de montagem - acervo	(12)	(9)
	<u>(161)</u>	<u>(63)</u>

ASSOCIAÇÃO MUSEU AFRO BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

17. Programa de exposições e programações culturais

	2016	2015
Anuncios e publicações	(23)	(29)
Banner e impressão	(22)	-
Cartaz impresso	(13)	(62)
Convite impressão	(49)	(119)
Direitos autorais	-	(101)
Eletrecista	(13)	-
Folder impressão	(48)	(18)
Seguros	(69)	(41)
Serviços eletricos	(13)	-
Serviços montagem	(43)	(42)
Consultoria de pesquisa	(31)	(32)
Hospedagem	(28)	(54)
Eventos/Recepção	(15)	(43)
Serviços aduaneiro	(87)	(119)
Materiais marcenaria	(12)	(25)
Materias pintura	(11)	(15)
Materiais montagem	(43)	(26)
Diárias e estadias	(54)	(2)
Passagens	(72)	(54)
Plotagem	(32)	(67)
Catalogos/Livros	(46)	(39)
Fretes e carretos	(105)	(159)
Embalagens	(124)	(24)
Materiais cenográficos	(23)	(1)
Outras	(90)	(285)
	(1.066)	(1.357)

18. Programa de serviços educativos e projetos especiais

	2016	2015
Programa de serviços educativos	(34)	(24)
Material didático p/ projetos especiais	(7)	(3)
Outras	(7)	-
	(48)	(27)

ASSOCIAÇÃO MUSEU AFRO BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

19. Programas de comunicação

	2016	2015
Serviços de web design	(41)	(24)
Serviços de comunicação	(10)	(9)
Manutenção de aplicativos de comunicação	(15)	(15)
Publicações	(14)	(60)
Outras	(15)	(13)
	<u>(95)</u>	<u>(121)</u>

20. Partes relacionadas

A Associação recebe recursos do Estado e utiliza bens públicos, mediante permissão de uso, para realizar a gestão do Museu Afro Brasil. Dessa forma, parcela significativa dos ativos e da receita da Associação está relacionada ao Contrato de Gestão firmado com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura.

Remuneração de Administradores

Os Administradores da Associação são remunerados por meio de salários e registrados sob o regime da CLT, que estão apresentados na Rubrica “despesas de pessoal”, no resultado do exercício. Não há remuneração, direta ou indireta de conselheiros.

A Administração da Associação não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo para a Diretoria e Administração.

21. Instrumentos financeiros e derivativos

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Associação incluem, principalmente, caixa, bancos, aplicações financeiras, fornecedores, salários e férias, contas a pagar e impostos a recolher. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros aproximam-se dos seus valores de mercado. A Administração e a gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração da Associação.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Administração da Associação não executou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos.

22. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002R1 - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica);
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido);
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza);
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.

23. Seguros (não auditado)

- a) A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens (exceto os seus acervos descrito na nota 21.b), sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.
- b) A Associação Museu Afro Brasil não tem o procedimento de contratar seguro para seu acervo de mais de 6.000 obras de arte, pois esta prática não é usual em outros museus no Brasil e no mundo, por se tratar de uma coleção museológica única e de valor difícil de estimar. O próprio Governo do Estado não exige de nenhum equipamento cultural a execução de apólice de seguro de obras de seu acervo.

Entretanto, a Associação segue rígidas rotinas técnicas constantes em seu Plano de Trabalho, no sentido de minimizar os riscos inerentes ao seu acervo. As Rotinas Técnicas do Programa de Edificações incluem a presença de Bombeiros 24 horas no Museu, brigada de incêndio qualificada, manutenção e recarga de extintores, inspeções técnicas dos equipamentos de combate a incêndio, descupinização e dedetização de todo ambiente e manutenção periódica dos para-raios.

ASSOCIAÇÃO MUSEU AFRO BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigentes em 31 de dezembro de 2016 descritas no item 21.a, podem ser assim demonstradas:

Apresentados em R\$

<u>Coberturas Contratadas</u>	<u>Lim. Máx. Indenização</u>	<u>Prêmio líquido</u>
Incêndio, explosão e fumaça	8.000.000	11.143
Danos Elétricos	100.000	288
Perda de aluguel	250.000	232
Tumultos	25.000	35
Responsabilidade Civil	500.000	3.150
Quebra de vidros	5.000	185
Impacto veiculos e queda de aeronaves	50.000	50
Vendaval sem impacto de veiculos	100.000	155
		<u>15.238</u>